

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.

O Trabalho no Século XXI.
Mudanças, impactos e perspectivas.

São Paulo, 02 a 05 de julho de 2013.

GT 06 - Subcontratación y organización de trabajadores precários.

**Trabalho no cárcere feminino:
Subcontratação, subsistência, ocupação do tempo e esperança.**

Autora: **CAMILA MARCONDES MASSARO** – doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras das UNESP campus de Araraquara. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Orlanda Pinassi. Bolsa: CAPES.

**Trabalho no cárcere feminino:
Subcontratação, subsistência, ocupação do tempo e esperança.**

Resumo

O presente trabalho tem como principal objetivo trazer alguns apontamentos a respeito dos tipos e condições de trabalho das mulheres que cumprem pena em regime fechado nos Centros de Ressocialização Femininos do Estado de São Paulo e são (sub)contratadas por empresas de diversos ramos da produção. O interesse está em buscar o entendimento desse processo, caracterizando a sociedade contemporânea a partir do conceito de crise estrutural, analisando o desemprego estrutural, a criminalização da pobreza e o encarceramento em massa decorrentes do atual momento histórico, entrelaçando-os às especificidades da condição de prisão, à questão de gênero, às condições de trabalho, aos postos de trabalho oferecidos e à precarização tanto em relação à estrutura quanto à remuneração obtida por essas mulheres encarceradas.

**Trabalho no cárcere feminino:
Subcontratação, subsistência, ocupação do tempo e esperança.**

A apresentação proposta é parte do trabalho de campo e das reflexões que vêm sendo realizadas no desenvolvimento da pesquisa de doutorado em andamento, que busca a análise do trabalho realizado pelas mulheres que cumprem pena em regime fechado nos Centros de Ressocialização Femininos (CRFs) do Estado de São Paulo, pensado a partir do binômio superexploração do trabalho/ressocialização. Dos quatro CRFs¹ que serão estudados, somente o que já foi finalizado será foco da presente exposição. A pesquisa de campo realizada nesta unidade contou com entrevistas semiestruturadas com 19 mulheres, duas com a equipe dirigente e cinco com representantes das empresas que alocam essa força de trabalho.

A pertinência da comunicação proposta, dentro da temática sugerida pelo GT 06, se justifica pois o trabalho realizado pelas mulheres durante o cumprimento da pena em regime fechado é permeado pelas mesmas condições de subcontratação e precarização que os empregos disponíveis à grande parcela da classe trabalhadora na sociedade atual, destacando que a situação de cárcere dá a esse processo contornos ainda mais dramáticos.

O diferencial dos CRFs e, por isso o interesse é que, para as mulheres poderem cumprir suas penas² nessas unidades, o interesse em “mudar de vida” e a aceitação em ocupar um dos postos de trabalho oferecidos são condições essenciais. Isso porque o Estado de São Paulo entende os CRs como unidades prisionais que possuem melhores condições estruturais e de atividades proporcionando maiores chances de ressocialização.

Assim, essas unidades são menores em relação às penitenciárias³, e têm alguns diferenciais: nos CRs, os agentes de segurança convivem com a população detida em todos os espaços, o estudo e o trabalho são obrigatórios, e apenas são selecionados detentos primários e que não tenham sido condenados há mais de dez anos de reclusão⁴.

Na pesquisa em andamento, a análise do trabalho realizado por essas mulheres é pensada e compreendida a partir do conceito de crise estrutural do capital e suas consequências, conforme proposto por István Mészáros (2011). Para o autor, a

¹ Os CRFs de Araraquara, Rio Claro, São José do Rio Preto e São José dos Campos, são os que oferecem vagas para cumprimento da pena em regime fechado. (SAP, 2012a).

² Ou aguardarem o julgamento, o que algumas vezes demora anos.

³ A capacidade dos CRFs varia entre 96 e 210 vagas (uma média de 150 lugares) enquanto as penitenciárias oferecem em média 730 vagas, tendo a Penitenciária Feminina de Sant’Ana 2400. (SAP, 2012b).

⁴ Essas duas últimas condições são regras no CR estudado até o momento.

introdução das políticas neoliberais e de reestruturação produtiva a partir da década de 1970 e, no Brasil na década de 1990, marca a tentativa do capital de superar a condição de “crise estrutural”, ou seja, o momento a partir do qual o sistema do capital já apresenta sinais de esgotamento em diversos setores, tornando-se ferozmente destrutivo, sem a possibilidade de reversão desse movimento apenas com a solução das crises cíclicas.

Em linhas gerais, o processo de reestruturação produtiva traz expressivas alterações nas relações de trabalho, precarizando o trabalho pela desregulamentação, perda de direitos conquistados; flexibilização do trabalho e do trabalhador; terceirização; feminização; trabalho em tempo parcial; informal; e pelo desemprego em dimensões estruturais, “[...] com fortes repercussões no *ideário*, na *subjetividade* e nos valores constitutivos da *classe-que-vive-do-trabalho*” (ANTUNES, 2007, p.35, grifos do autor).

A escolha por estudar os CRs Femininos foi feita pelo entendimento que, as consequências desse momento de crise afetam as mulheres de forma mais carregada.

Pensando nas intersecções entre acumulação flexível e feminização do trabalho, Cláudia Nogueira (2004) aponta que essa lógica se relaciona ao aumento do emprego das mulheres, uma vez que muitos trabalhos precarizados são realizados em período parcial possibilitando à mulher manter a dupla jornada com trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva. Além disso, a ampliação de vagas em ocupações de “subemprego” também ocupadas majoritariamente por mulheres indica que “[...] apesar da precarização no mundo do trabalho existir para o conjunto da classe trabalhadora, ela é ainda marcadamente acentuada para o universo feminino” (NOGUEIRA, 2004, p.53).

É importante frisar que, a expansão dos setores produtivo e de serviços, se dá na América Latina por um acentuado processo de “superexploração do trabalho”⁵, que articula “[...] salários degradados, jornadas de trabalho extenuantes e extrema intensidade nos ritmos e tempos de do trabalho” (ANTUNES, 2011, p.32).

Outro elemento essencial desse momento é o chamado “desemprego estrutural”⁶, que longe de significar um processo de estagnação, está centrado na oferta de vagas de empregos cada vez mais precarizados, terceirizados, em tempo parcial, temporários, informais e também a ampliação dos “ramos ilegais”, como o tráfico de drogas⁷.

⁵ Este conceito foi desenvolvido primeiramente por Marini (1976). Há outros autores que trabalham esse conceito, como Mészáros (2011) e Antunes (2007, 2011) buscando demonstrar como se dá a intensificação do trabalho nos países da periferia do capitalismo, principalmente no contexto da crise estrutural.

⁶ Mészáros, 2011; Antunes, 2007; Pinassi, 2009.

⁷ Esse ponto tem estreita relação com a prisão de mulheres na atualidade.

Assim, como aproximadamente 64%⁸ das mulheres estão presas atualmente no Estado de São Paulo pelo crime de tráfico de drogas ou algum artigo relacionado, há que se atentar aos motivos que levam essas mulheres a se envolverem nessas atividades, como as condições socioeconômicas e seus relacionamentos afetivos: com os companheiros, filhos, pais e outros que trabalham no e para o tráfico⁹.

Entendemos que as implicações do processo de desemprego estrutural se imbricam fortemente com o acirramento da criminalização dos movimentos sociais e punição individual com as políticas de encarceramento em massa a fim de mascarar o crescente contingente pauperizado e descontente em decorrência da precarização das condições de vida, trabalho e sociabilidade no contexto atual.

Esse movimento apresenta uma contradição importante a ser compreendida: com as políticas de criminalização da pobreza e o consequente aumento de prisões, há um esforço dos governos em legitimar a construção de mais instituições prisionais que, por sua vez, precisam ser ocupadas para justificar os gastos públicos e, para isso, mais prisões são efetuadas, justificando a construção de novas unidades, num ciclo que parece não ter fim. Vemos aí uma inversão: o problema não é visto como excesso de população condenada à prisão, mas como déficit de vagas no sistema prisional¹⁰.

Assim, se esse entendimento estiver correto podemos apontar, em conformidade com Wacquant (2007, p.113), que o encarceramento em massa é um dos movimentos a partir do qual “[...] o incômodo problema da marginalidade persistente, enrizada no desemprego, no subemprego e no trabalho precário, tornou-se menos visível [...]”.

Neste complexo, nos interessa analisar como se dá essa relação entre a política de encarceramento em massa da população mais afetada pelas consequências da crise estrutural e a oferta de trabalhos precários na penitenciárias, especificamente nos postos oferecidos por empresas. Partilhamos da indagação de Wacquant (2007, p.159), porém pensando nas trabalhadoras presas: “[...] é difícil imaginar como e por que as empresas estariam, de uma hora para outra, preocupadas em contratar uma população extremamente subqualificada [...] e, além do mais, fortemente estigmatizada [...]” num momento em que há um excedente de força de trabalho em busca de emprego.

⁸ Das 9.762 mulheres existentes no sistema penitenciário paulista em dezembro de 2011, 6.251 estavam presas por tráfico de drogas. Art. 12 e 18 da lei 6.368/76 e art. 33 da lei 11.343/06. (INFOPEN, 2012).

⁹ Nas entrevistas obtivemos pistas de diversos motivos pelos quais essas mulheres ingressam nas atividades ilícitas, principalmente no tráfico. Exploraremos detalhadamente essas questões no texto completo.

¹⁰ Devemos notar que a construção de presídios aquece o setor de construção civil – responsável pela garantia de muitos empregos precários – tão importante em momentos de crise.

Em outubro de 2012, os quatro CRFs focalizados tinham em suas dependências cerca de 300 mulheres em regime fechado. (SAP, 2012). Somente o CRF já estudado abrigava 53 mulheres das quais 40 exerciam atividade remunerada para empresas. Nesta unidade, no momento da pesquisa, as vagas eram oferecidas por cinco empresas que contratavam respectivamente, empresa A 11 mulheres, empresa B 6, empresa C 4, empresa D 2 e empresa E 17 mulheres¹¹. Destas, quatro empresas remuneravam as trabalhadoras por produção, a partir de metas mensais, e uma, a empresa que empregava mais mulheres, remunerava com um salário mínimo mensal, independente da produção.

Diferentemente do trabalhador comum, o trabalho realizado por pessoas que cumprem pena de prisão é regulamentado pela Lei de Execuções Penais (LEP) (BRASIL, 2003; 2011) e pela Resolução SAP-53, de 23 de agosto de 2001. (FUNAP, 2012). Seguindo as determinações legais, do salário pago, ficam retidos 25% para pagamento das presas que desempenham as atividades da esfera reprodutiva como cozinha, lavanderia e faxina, além de atividades burocráticas e mais 10% para uma poupança para que presas possam “recomeçar” ao término da pena¹². O montante que resta é utilizado pelas mulheres para enviarem a suas famílias e para comprarem itens de alimentação, higiene e beleza não fornecidos pelo Estado, conforme revelam as entrevistas realizadas.

Tanto a LEP quanto a Resolução SAP-53, estabelecem que cabe à empresa contratante fornecer o material para a realização do trabalho, desde os equipamentos e maquinários, até uniformes e itens de segurança, além das adequações necessárias à precária estrutura dessas unidades, como a instalação de ventiladores e cadeiras.

Além da remuneração para comprar alguns itens e enviar dinheiro à família e da ocupação do tempo, outra importância do trabalho durante o cumprimento da pena apontada pelas entrevistadas é a possibilidade de remição estabelecida na LEP, contada à razão de um dia de pena remido por três dias trabalhados¹³.

Como é possível perceber¹⁴, os motivos que levam essas mulheres a buscarem postos de trabalho em empresas durante o cumprimento da pena em regime fechado, na maioria das vezes são os mesmos que qualquer trabalhadora do lado de fora dos muros:

¹¹ Preferimos identificar as empresas por letras, na sequência em que foram visitadas.

¹² A Resolução SAP-53 de 23 de agosto de 2001 dispõe que o pagamento total não pode ser inferior a um salário mínimo mensal, ficando $\frac{3}{4}$ para o preso e $\frac{1}{4}$ para o pagamento dos presos que realizam os serviços internos o chamado rateio ou MOI. (FUNAP, 2012).

¹³ A Lei n. 12.433, de 29.06.2011 altera os artigos da LEP que tratam da remição. A partir desta alteração passa a ser possível também remir um dia de pena a cada 12 horas de frequência escolar. (BRASIL, 2011).

¹⁴ Aqui de forma bem limitada, mas de forma mais detalhada no texto completo.

garantir a subsistência própria e da família. No entanto a precariedade estrutural – uma vez que CRFs existentes não foram construídos para tal finalidade – e as normas internas do sistema prisional dão a essas questões contornos ainda mais complexos.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011. (mundo do trabalho).

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 9. reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2007. (mundo do trabalho).

BRASIL. **Lei n. 12.433, de 29 de junho de 2011**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12433.htm>. Acesso em: 21 jul. 2011.

BRASIL. **Lei n. 10792 de 1 de dezembro de 2003**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.792.htm >. Acesso em: 20 set. 2012.

FUNAP. Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel”. **Resolução SAP-53, de 23-8-2001**: Dispõe sobre as condições a serem observadas pelas tomadoras de serviço na contratação de trabalho dos presos em cumprimento de pena privativa de liberdade 2012b. Disponível em: http://www.funap.sp.gov.br/legislacao/resolucao/resol_sap53_23082001.pdf>. Acesso em 07 nov. 2012.

INFOPEN. **Relatórios Estatísticos - Analíticos do sistema prisional de cada Estado da Federação. SP**. Ref. 12/2011. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=¶ms=itemID=%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em 07 nov. 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**. Entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital** – uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho).

SAP. **Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo**. Unidades Prisionais. Categorias. Centros de Ressocialização. Atualização em 31/10/2012. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>>. Acesso em 07 nov. 2012a.

SAP. **Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo**. Unidades Prisionais. Categorias. Penitenciárias. Atualização em 31/10/2012. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>>. Acesso em 07 nov. 2012b.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 3. ed., revista e ampliada, 2007.